



24729982



08011.000021/2023-11

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****RESOLUÇÃO CGE Nº 25, DE 4 DE JULHO DE 2023**

O COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º e pelo parágrafo único do art. 2º, do Anexo I, da Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022, e com base no art. 2º e art. 7º, do Anexo X, da mesma Portaria,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a revisão dos indicadores, metas e projetos estratégicos e do mapa estratégico do Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma dos anexos a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Garcia Cappelli, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 07/07/2023, às 15:30, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **24729982** e o código CRC **8E569283**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO I - Indicadores e metas estratégicos (24713955);
ANEXO II - Carteira de projetos estratégicos (24713979); e
ANEXO III - Mapa estratégico (24714022).

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	PF	Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal	27.285 operações até 2023 2020: 4.484 2021: 13.685 2022: 20.485 2023: 27.285	Mensurar o esforço de atuação da Polícia Federal relativo à quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas no período sob apuração.
		PRF	Operações de combate à criminalidade	12.563 operações até 2023 2020: 465 2021: 5.602 2022: 8.897 2023: 12.563	Medir e acompanhar o esforço de atuação da Polícia Rodoviária Federal em relação à quantidade de operações de enfrentamento à criminalidade através das ações de policiamento e de inteligência.
		SENASP	Quantidade de condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos	65.000 condenados cadastrados, por ano, até 2023	Mensurar o cumprimento da legislação em relação ao DNA dos condenados por crimes violentos.
			Percentual de UFs integradas ao Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB	100% até 2023	Avaliar a integração das Unidades da Federação ao SINAB.
			Quantidade de operações integradas planejadas e coordenadas	110 operações integradas até 2023 2020: 20 2021: 40 2022: 75 2023: 110	Mensurar a quantidade e a efetividade da unidade ao realizar sua atividade precípua em planejar e coordenar operações integradas de segurança pública.
Quantidade de ações policiais apoiadas	920 ações policiais apoiadas até 2023 2020: 20 2021: 250 2022: 300 2023: 350	Mensurar a quantidade e a efetividade da unidade ao realizar atividade de apoio em operações de segurança pública.			

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão	SENAJUS	Percentual de processos de naturalização decididos	56,8% de processos de naturalização decididos até 2023 2020: 47% 2021: 51,7% 2022: 56,8% 2023: 56,8%	Monitorar o desempenho da unidade em relação à análise e à decisão de processos de naturalização, buscando o aumento de sua eficiência.
			Percentual de obras analisadas	100% de obras analisadas, por ano, até 2023	Acompanhar o percentual de obras analisadas consideradas como documentação e material completos.
			Percentual de solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididas	Decidir 88% das solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento até 2023 2020: 83% 2021: 85% 2022: 88% 2023: 88%	Medir a quantidade de solicitações de autorização de residência decididas.
			Processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos	Decidir 145.000 processos até 2023 2020: 30.000 2021: 80.000 2022: 125.000 2023: 145.000	Mensurar quantos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado estão sendo finalizados, ou seja, quantos pedidos estão recebendo uma resposta do Estado. É uma importante forma de mensurar a capacidade de trabalho do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare e de fornecer insumos sobre como diminuir o grande estoque de processos que aguardam decisão.
			Tempo médio de decisões de processos de naturalização	Decidir ou encaminhar em até 8 dias úteis processos de naturalização	Garantir razoável duração do pedido de naturalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
3	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	SENASP	Quantidade de normas técnicas publicadas de equipamentos de segurança com padrões mínimos de qualidade e desempenho	2 normas técnicas publicadas, por ano, até 2023	Normatizar os equipamentos de segurança prioritários.
			Quantidade de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública implantados	Implantar 2 centros regionais até 2023	Acompanhar a implantação de estruturas integradas de inteligência de segurança pública em âmbito regional.
			Percentual de Agências de Inteligência de Segurança Pública - AISPs integradas à Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública	Integrar 100% das AISPs do país à Rede até 2023	Avaliar o alcance dos seguintes objetivos legais e institucionais: fomentar a integração em ações estratégicas e operacionais, em atividades de inteligência de segurança pública e em gerenciamento de crises e incidentes (Art. 6º, I da Lei nº 13.675/2018); promover a integração das atividades de inteligência de segurança pública, em consonância com os órgãos de inteligência federais, estaduais, municipais e distrital que compõem o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (Art. 29, III, D. 9.662/2019); promover um sistema de trabalho colaborativo interagências de inteligência, a fim de viabilizar a produção de conhecimento conjunto e o compartilhamento de inteligência de forma sistematizada (Política Integrada de Inteligência - Eixo Fortalecimento das Agências de Inteligência - Carteira Simplificada de Políticas Públicas/MJSP).

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
4	Promover uma execução penal justa que viabilize a reintegração social	SENAPPEN	Quantidade de operações realizadas pela Força de cooperação penitenciária	12 operações até 2023 2020: 3 2021: 6 2022: 9 2023: 12	Atuar em apoio às Unidades Federativas em situações, iminentes ou extraordinárias, de grave crise no sistema penitenciário, para preservação da ordem pública, da integridade física das pessoas e do patrimônio público.
			Participação das pessoas privadas de liberdade em atividades educacionais	130 mil participações das pessoas privadas de liberdade em atividades educacionais até 2023 2020: 110 mil 2021: 115 mil 2022: 120 mil 2023: 130 mil	Mensurar a oferta educacional com objetivo de elevar a escolaridade das pessoas privadas de liberdade e qualificá-las profissionalmente para o retorno à sociedade.
			Proporção de pessoas privadas de liberdade em educação formal	14% das pessoas privadas de liberdade em educação formal até 2023 2022: 13% 2023: 14%	Mensurar a proporção de pessoas privadas de liberdade em educação formal, com o objetivo de elevar a escolaridade, promover a autoconfiança e ampliar as possibilidades de qualificação profissional para o retorno à sociedade.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
4	Promover uma execução penal justa que viabilize a reintegração social	SENAPPEN	Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais	275 mil pessoas em atividades laborais até 2023 2020: 170 mil 2021: 205 mil 2022: 240 mil 2023: 275 mil	Mensurar a oferta de vagas e postos de trabalho das pessoas privadas de liberdade e qualificá-las profissionalmente para o retorno à sociedade.
			Pessoas em alternativas penais diversas da prisão atendidas com serviços oferecidos pelas centrais integradas de alternativas penais	500 mil pessoas em alternativas penais diversas da prisão atendidas com serviços oferecidos pelas centrais integradas de alternativas penais até 2023 2020: 55.000 2021: 193.500 2022: 392.000 2023: 500.000	Aumentar a capacidade de atendimento a decisões judiciais de alternativas penais, fomentando a implantação de centrais integradas de alternativas penais para a ampliação do atendimento e do acompanhamento de pessoas submetidas a formas de responsabilização diversas da privação da liberdade.
			Geração de vagas prisionais	100 mil vagas prisionais geradas até 2023 2020: 25 mil 2021: 25 mil 2022: 25 mil 2023: 25 mil	Ampliar o número de vagas no sistema prisional.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
5	Promover a segurança viária nas rodovias federais	PRF	Taxa de acidentes graves em rodovias federais	147,88 até 2023 2020: 166,90 2021: 158,56 2022: 156,10 2023: 147,88	Monitorar a quantidade total de acidentes graves em rodovias federais em relação à frota nacional.
			Taxa de mortalidade em rodovias federais	44,13 até 2023 2022: 46,58 2023: 44,13	Apurar a efetividade das ações da Polícia Rodoviária Federal para reduzir os homicídios em acidentes de trânsito, considerando os dados de mortes no trânsito e evolução da frota de veículos.
6	Promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas	SENAD	Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos	55% de ativos destinados até 2023 2020: 33% 2021: 40% 2022: 48% 2023: 55%	Acompanhar a evolução do percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad, com objetivo de contribuir na destinação de bens e na arrecadação de recursos em favor de políticas de justiça e segurança pública.
			Quantidade de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos	20.000 ativos destinados até 2023 2020: 4.000 2021: 4.800 2022: 5.400 2023: 5.800	Acompanhar a evolução de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad, de forma a contribuir na destinação de bens e na arrecadação de recursos em favor de políticas de justiça e segurança pública.
			Receita da gestão de ativos	2020: R\$ 200 milhões 2021: R\$ 250 milhões 2022: R\$ 350 milhões 2023: R\$ 350 milhões	Apresentar a visão global da evolução dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas - Funad, bem como a evolução das receitas recolhidas a outras contas, decorrentes da gestão de ativos promovida pela Senad.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
7	Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor	CADE	Prazo médio de Ato de Concentração Sumário no Cade	Manter abaixo de 20 dias até 2023	Aferir a eficiência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade no controle de concentrações econômicas, com foco nos processos com menor potencial ofensivo à concorrência, que podem ser instruídos por meio de rito sumário, conforme critérios estipulados pela Resolução Cade nº 2/2012.
			Percentual de análise de processos de atos de concentração	98,30% até 2023	Aferir a eficiência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade com relação ao controle de concentrações econômicas.
		SENACON	Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br	70% de média resolutividade no Consumidor.gov.br, por ano, até 2023	Identificar o percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
8	Aprimorar mecanismos de gestão e de disseminação do conhecimento com foco no público externo	SENA SENAJUS SENASP SENAAPPEN PF CADE	Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo	800.224 vagas preenchidas até 2023 SENAJUS: 15.000 SENASP: 550.000 SENAAPPEN: 20.000 PF: 82.764 CADE: 2.960	Mensurar o quantitativo de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo.
9	Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores	SE	Percentual de desenvolvimento de competências associadas ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP	Desenvolver, por ano, 90% das competências associadas ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas até 2023	Monitorar e avaliar a execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
10	Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional	AECI	Percentual de recomendações do Plano de Providências Permanente monitoradas	Monitorar 100% do cumprimento da execução do Plano de Providências Permanente	Acompanhar a implementação tempestiva das recomendações exaradas pela Controladoria-Geral da União - CGU registradas no Sistema Monitor.
			Percentual de medidas de tratamento de riscos dos processos estratégicos monitoradas	Monitorar 100% das medidas de tratamento de riscos dos processos estratégicos	Acompanhar a execução do Plano de Implementação de Controle de riscos, relacionados aos processos estratégicos do MJSP.
			Percentual de medidas de tratamento de riscos de integridade monitoradas	Monitorar 100% das medidas de tratamento de riscos de integridade	Acompanhar as providências dos mecanismos de controle indicadas pelas Unidades do MJSP após a aprovação do Comitê de Governança Estratégica - CGE.
			Índice de processos estratégicos com tratamento de risco estabelecido	100% dos processos estratégicos com tratamento de risco estabelecido	Monitorar a definição da estratégia de tratamento de riscos dos processos estratégicos para os quais o gerenciamento de risco é obrigatório.
			Índice de atendimento total das medidas de tratamento indicadas no Programa de Integridade	100% de atendimento total das medidas de tratamento indicadas no Programa de Integridade	Acompanhar e monitorar a implementação das medidas mitigadoras dos riscos de integridade.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Indicador Estratégico	Meta Estratégica	Finalidade
10	Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional	SE	Percentual médio de satisfação dos usuários em relação aos serviços gerais	80%, por ano, até 2023	Aferir a satisfação dos usuários em relação aos serviços gerais prestados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.
			Tempo médio de conclusão dos processos licitatórios	171 dias úteis até 2023 2021: 190 2022: 180 2023: 171	Monitorar o tempo médio de conclusão dos processos licitatórios unificados, considerando todas as unidades licitantes do MJSP.
			Percentual médio de satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura	70%, por ano, até 2023	Aferir a satisfação dos usuários em relação aos serviços de infraestrutura prestados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.
11	Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de TIC	SE	Percentual de disponibilidade dos serviços estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação	99% anual	Avaliar se os serviços de TIC considerados estratégicos estão em operação conforme acordado, quais sejam: 1) E-mail; 2) SEI; 3) mj.gov.br; 4) Rede Local; e 5) Acesso à Internet.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	PF	1R	Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro	Melhorar a eficiência e a eficácia do Estado na prevenção, na repressão e na elucidação de crimes e de desastres ambientais em todo território nacional, por meio de geotecnologia aplicada (Meio Ambiente Integrado e Seguro com o módulo "Monitoramento e consciência situacional por sensoriamento remoto"). A eficácia em outras esferas será obtida por meio de cooperação técnica entre a Polícia Federal e os órgãos competentes que intermediarão com estados e/ou municípios.
			1K	ABIS - Nacional	Implementar uma solução de abrangência nacional com o fim de estabelecer ações para viabilizar a unificação e a padronização das informações criminais dos órgãos de segurança pública dos Estados, Distrito Federal e Polícia Federal, possibilitando maior eficiência na identificação de autoria dos delitos, contribuindo para a redução do alto índice de criminalidade violenta.
			1M	Prometheus	Modificar o procedimento preliminar à instauração de inquérito policial, prevendo a adoção do princípio da racionalidade, por meio da análise das ocorrências criminais para que seja possível deliberar, em profundidade, sobre a viabilidade, a oportunidade e a necessidade de instauração de inquérito policial, tendo como base parâmetros estabelecidos institucionalmente que foram fruto de entendimentos da Polícia Federal, do Ministério Público Federal - MPF e de órgãos parceiros interinstitucionais.
			2A	Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos	Promover o aprimoramento da capacidade de identificar casos que envolvam o uso de criptomoedas em contexto criminoso; a adequada investigação e recuperação de ativos; a adoção de uma iniciativa estruturada e sistematizada no âmbito da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado com o fito de garantir que sejam disponibilizados ao efetivo policial meios e informações necessárias para a condução de investigações sobre o tema, paralelamente à condução de estudos que agreguem à atividade policial.

* O código refere-se à terceira e à quarta posições que definem o enquadramento da despesa em relação aos projetos estratégicos, conforme estabelecido na Portaria de Plano Interno. Utilizar o código 99 quando a despesa não for relacionada a um projeto estratégico.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	PF	2B	Laboratório Nacional de Isótopos Forenses - LANIF	Implementar o Laboratório Nacional de Isótopos Forenses - LANIF, em cooperação entre a Polícia Federal e instituições de pesquisa parceiras, com o objetivo de desenvolver e sistematizar o conhecimento técnico-científico a partir da elaboração de protocolos de coleta e padronização de análises de amostras criminais para a aplicação da metodologia isotópica em casos forenses. O produto a ser entregue será o estabelecimento de um laboratório colaborativo interinstitucional e multiusuário dentro da estrutura organizacional do Instituto Nacional de Criminalística. O desenvolvimento da técnica de isótopos forenses no contexto pericial terá o foco primário de trazer agilidade e eficiência na resolução de exames periciais complexos, além de fornecer dados científicos estratégicos a operações de investigação. E, ainda, contribuirá para o desenvolvimento de capacitação de recursos humanos e difusão de conhecimento entre órgãos policiais no Brasil, promovendo a consolidação de importantes parcerias entre a Polícia Federal e outras instituições de segurança pública, de fiscalização e de pesquisa.
			2C	Programa Ouro Alvo - POA	Desenvolver métodos de exames periciais para aprofundar e sistematizar o conhecimento técnico-científico sobre o ouro irregular apreendido em operações pela polícia judiciária, fruto de usuração, trabalho escravo, crimes ambientais e objeto de lavagem de dinheiro, com casuística crescente nos últimos anos, visando fornecer subsídios na orientação proativa às equipes de investigação da Polícia Federal que atuam no combate às ilicitudes na cadeia do ouro ilegal em todo o território nacional, com ênfase nas regiões fronteiriças e Amazônica. Além disso, visa formar base de conhecimento criminalístico sobre a natureza do ouro e aperfeiçoar metodologias para sustentação da materialidade probatória de crimes envolvendo esse metal.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	PF	2D	BRASIL P.A.T.R.I.A. DIGITAL - Perícias Avançadas em Tecnologias, Rastreamento e Inteligência Artificial de Evidências Digitais	<p>Combater os crimes transnacionais digitais garantindo a preservação da evidência digital, com especial atenção em pedofilia, pessoas desaparecidas, crimes financeiros digitais, crimes ambientais e de engenharia. Atualmente uma grande parcela dos crimes utilizam os meios digitais para se concretizarem. Nesses meios trafegam e ficam registradas as evidências digitais que serão indispensáveis para a condenação do criminoso. Novas ferramentas periciais são essenciais para encontrar, preservar e automatizar a análise desses vestígios, em especial quando se trata de grandes volumes de dados e de proteções criptografadas a eles impostas. O Projeto BRASIL P.A.T.R.I.A DIGITAL vem agregar valor a essas análises contribuindo de forma contundente para o desenvolvimento de ferramentas robustas e capazes de trabalhar a evidência digital de forma a preservá-la, e ao mesmo tempo entregando resultados úteis para a investigação. Essa implementação muda a realidade das perícias no Brasil, agregando valor, método e conhecimento científico às análises, padronizando e normatizando o espalhado conhecimento de análise de evidências digitais, tendo o MJSP como ponto nevrálgico dessa mudança.</p>

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	SENAJUS	75	Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - REDE-LAB	Fortalecer a Rede-Lab mediante disponibilização de tecnologias, banco de dados e qualificação adequadas, visando aumentar a eficiência dos laboratórios na execução dos procedimentos de análises e de tratamento de dados relacionados à lavagem de dinheiro e crimes conexos, além de promover a articulação entre as unidades da rede.
		SENASP	92	Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos	Identificar o perfil genético de todos os indivíduos previstos em lei; examinar todos os vestígios pendentes e inserir todos os perfis elegíveis nos bancos de dados; promover treinamentos nos órgãos policiais federais e estaduais para a preservação no local de crime, coleta e exame dos vestígios encontrados; e criar um sistema para melhor controle de indicadores do processo envolvido e da cadeia de custódia dos vestígios analisados.
			93	Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB	Aumentar o indicativo de autoria nos exames de comparação balística, por meio da implantação de sistemas automatizados de análise balística e da criação do banco nacional de perfis balísticos.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
1	Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira	SENASP	88	Sistema Inteligente de Consciência Situacional	Implantar sistema de inteligência voltado para a busca de dados, análise, produção de conhecimento e difusão em âmbito do subsistema de inteligência de segurança pública, produzindo alertas para a área de inteligência e operacional de acordo com o conteúdo e a finalidade.
			91	Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado - PACCO	Apoiar órgãos de segurança pública no enfrentamento às organizações criminosas, a partir da melhoria nos processos de produção de conhecimento, de capacitação de profissionais na área de inteligência, de uma base de dados, da criação e disponibilização de um canal de informação seguro/criptografado (Rede Cronos), da extração e análise de dados de dispositivos móveis, bem como de ações integradas entre o Ministério e outros órgãos.
			89	Guardiões das Fronteiras	Fortalecer a prevenção, a vigilância, a fiscalização e o controle nas fronteiras terrestres e fluviais, bem como nas divisas, por meio da implantação de ações integradas de produção e difusão de conhecimento, assim como de operações, com foco na repressão aos ilícitos transfronteiriços e no enfrentamento às organizações e associações criminosas, promovendo o aumento da presença do Estado nas regiões de fronteiras e divisas.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
2	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão	SAJU	2K	Justiça e promoção de direitos na Amazônia	Colaborar com ações para ampliação do acesso à justiça na região da Amazônia, inclusive na fronteira, por meio da mobilização do sistema de justiça, de formações de cidadania e direitos e da promoção de direitos para povos e comunidades tradicionais, população migrante, população encarcerada, entre outros.
			2L	Justiça antirracista e redução das desigualdades	Promover o diálogo interinstitucional para a construção de medidas de combate ao racismo, a equidade nas carreiras da administração pública federal e a adoção de políticas afirmativas, bem como medidas que reduzam a letalidade dos agentes de segurança pública, em diálogo com o Plano Juventude Negra Viva, a partir das medidas definidas pelo Supremo Tribunal Federal - STF no âmbito da chamada "ADPF das Favelas" e das ações de promoção de direitos para a população encarcerada.
		SENAD	2N	Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas	Implementar uma Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas, interministerial, em parceria com a sociedade civil e alinhada aos objetivos de políticas públicas antirracistas, de promoção da equidade de gênero, da garantia dos direitos humanos e da proteção social a grupos mais afetados pela exclusão social, com especial atenção às mulheres negras e indígenas.
		SENAJUS	73	Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado - SISCONARE	Implementar sistema por meio do qual serão tramitadas todas as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.
			20	Fortalecimento da autoridade central para a cooperação jurídica internacional	Fortalecer o papel do Ministério da Justiça e Segurança Pública como autoridade central para a cooperação jurídica internacional em matéria penal e cível, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, acesso internacional à justiça, adoção e subtração internacional de crianças e adolescentes, extradição, transferência de pessoas condenadas, transferência da execução da pena e recuperação de ativos.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
3	Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	SENASP	1U	ComprasSUSP - Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública	Estruturar o Programa de Compras na área de segurança pública para o desenvolvimento, a proposição e a implementação de modelos, de mecanismos, de processos e de procedimentos para aquisição, contratação, alienação e gestão centralizadas de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e pelas entidades da área de segurança pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
			94	Pró-Segurança	Estabelecer padrões mínimos de qualidade e de desempenho de equipamentos de segurança pública, de modo a permitir a certificação desses produtos, contemplando ensaios de acordo com requisitos técnicos, para garantir a segurança, a qualidade e a confiabilidade dos produtos utilizados pelos profissionais da área. Esses padrões estarão estabelecidos em normas técnicas que subsidiarão as aquisições públicas, levando em consideração as peculiaridades de cada região geográfica e especialização operacional. Esse trabalho irá: fortalecer a coordenação, a cooperação e a colaboração dos órgãos e de instituições de segurança pública; reduzir a burocracia nas aquisições públicas; e fomentar a pesquisa e o diagnóstico em segurança pública.
			96	Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida	Promover a política de qualidade de vida para profissionais de segurança pública e defesa social, com ênfase nos eixos de saúde biopsicossocial, saúde ocupacional e segurança no trabalho, e nos mecanismos de proteção e valorização, bem como articular e estimular a integração das instituições de segurança pública e defesa social, e orientar as Instituições de Segurança Pública para o uso eficiente dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, no que diz respeito à temática do programa.
			90	Rede de Centros Integrados de Inteligência	Viabilizar a produção qualificada e oportuna de conhecimento acerca do crime organizado, possibilitando assessoramento eficiente aos órgãos de segurança pública e aos tomadores de decisão.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
4	Promover uma execução penal justa que viabilize a reintegração social	SENAPPEN	98	Rede Nacional de Inteligência Penitenciária - RENIPEN	<p>Aparelhar, integrar e fortalecer os órgãos de Inteligência Penitenciária no âmbito federal e estadual, viabilizando a ampliação e o aprimoramento da rede atualmente existente, de maneira a propiciar a efetiva interação entre os órgãos no âmbito de todo o território nacional, proporcionando, por conseguinte, a ampliação das fontes de informações. O escopo do projeto visa aprimorar a coleta, a manutenção e o intercâmbio de informações e de dados cadastrais de presos e visitantes, em todas as Unidades Federativas, notadamente em relação a agências de inteligência penitenciária, de modo a possibilitar a utilização oportuna dos dados para proteção de agentes do Estado e combate ao crime organizado; estabelecer a Diretoria de Inteligência Penitenciária como Órgão Central de Inteligência Penitenciária e como pilar da construção do Subsistema de Inteligência Penitenciária, incluindo-o como membro do SISBIN; e designar verba específica do Fundo Penitenciário - FUNPEN à Inteligência Penitenciária, no intuito de padronizar protocolos e procedimentos da atividade, com ênfase na qualificação, na capacitação continuada e no apoio para equipamentos e tecnologias aptas ao melhor desempenho das atividades de inteligência penitenciária.</p>
			1B	Maximização da geração de vagas em unidades prisionais	<p>Diminuir a lotação de unidades prisionais; aumentar a execução e aperfeiçoar a aplicação e o acompanhamento das obras de unidades penais, financiadas com o recursos federais, por meio de transferências voluntárias e obrigatórias; e criar vagas por meio de fomento à criação de unidades com metodologia da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - APAC.</p>
			1C	Desenvolvimento de projetos padronizados para unidades penais, desenvolvimento e implementação do <i>Building Information Modeling - BIM</i>	<p>Desenvolver projetos padronizados de engenharia e arquitetura prisional de cadeia pública, de penitenciária de segurança média, de penitenciária de segurança máxima, de colônia agrícola, de centro de observatório criminológico e de casa do albergado, a serem disponibilizados para os Estados.</p>

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
4	Promover uma execução penal justa que viabilize a reintegração social	SENAPPEN	1D	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN	Implantar o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN, sistema de gestão prisional, possibilitando a formação do Cadastro Nacional dos Custodiados (banco de dados unificado), em todas as unidades prisionais do sistema brasileiro, bem como o acompanhamento de execução de penas, de prisão cautelar e de medida de segurança, visando ao mapeamento da realidade prisional, o que possibilitará a elaboração de políticas públicas mais adequadas.
			1F	Fomento ao trabalho remunerado no sistema prisional	Fortalecer os processos de inserção laboral, de obtenção de renda e de qualificação profissional para pessoas privadas de liberdade, por meio do incentivo ao trabalho remunerado, com o uso do Fundo Rotativo Estadual, de modo a reverter parte dos lucros para custeio do preso.
5	Promover a segurança viária nas rodovias federais	PRF	2E	Multiagência	Compartilhar sistemas em forma de serviço (<i>Software as a Service - SaaS</i>) para auxiliar instituições a registrar e acompanhar suas ocorrências, bem como integrar, estruturar, analisar e disponibilizar dados de forma rápida e segura para os diversos atores do programa.
			13	Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV	Implementar o novo modelo de gestão da Segurança Viária, baseado no Plano de Ação da Década da ONU e no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito - PNATRANS, que visa ao direcionamento das atividades de policiamento e às ações de integração e cooperação interinstitucional, apresentando propostas de atividades operacionais e medidas de gestão operacional nos trechos críticos em acidentes graves nas rodovias federais.
			2J	Body Cam	Implementar o uso de câmeras corporais na Polícia Rodoviária Federal - PRF, com o objetivo de aumentar a transparência das operações e das abordagens policiais.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
6	Promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas	SENAD	10	Centro de Estudos sobre Políticas de Drogas - CdE	Instituir, em caráter piloto, um Centro de Estudos sobre Políticas de Drogas, para produção, análise e monitoramento de dados sobre a política de drogas.
			2M	Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos - SIGAP 2.0	Permitir o gerenciamento efetivo de seus recursos, centralizando as informações da gestão de ativos apreendidos, provenientes do Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, Polícias estaduais e outros órgãos que compõem o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD, constituídos por peças judiciais e documentos diversos, para instrução dos procedimentos administrativos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, por meio de leilões ou de destinação de bens "in natura", compreendendo indicação, cessão, custódia e doação de bens, conforme legislação de regência.
7	Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor	SENACON	17	Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização	Reduzir os litígios judicializados por meio do uso da plataforma Consumidor.gov.br e aperfeiçoar métodos auto compositivos.
			50	Disponibilização do sistema Recall.gov.br	Promover o aprimoramento da gestão dos procedimentos de <i>recall</i> (campanhas de chamamento) no Brasil, que visam à correção de produtos inseguros inseridos no mercado de consumo, com implementação do Sistema Recall.gov.br. Busca-se reduzir a burocracia e tornar intuitivos o fornecimento e a obtenção de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor no âmbito dos diversos agentes (públicos e privados) que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Nº	Objetivo Estratégico	Unidade	Código do Plano Interno*	Projeto Estratégico	Objetivo
8	Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores	SE	64	Gestão por competências	Realizar o mapeamento das competências organizacionais, gerenciais e técnicas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como inventariar as competências individuais dos servidores do Ministério para disponibilização de relatórios gerenciais que possam subsidiar outros subsistemas de gestão de pessoas, como desenvolvimento, lotação e movimentação de servidores, processos de seleção, gestão de vagas e banco de talentos, por meio de ferramenta sistematizada desenvolvida pelo próprio Órgão.
9	Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de TIC	PF	1I	ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária	Desenvolver o ambiente digital do inquérito policial eletrônico da Polícia Federal, voltado à celeridade, desburocratização e economia de recursos empregados na investigação criminal, com a centralização (e compartilhamento) de forma organizada, contínua e atualizada dos dados das investigações criminais e de outros bancos de dados de interesse, com a utilização de tecnologias, tais como: <i>business intelligence</i> , análise preditiva, <i>big data</i> e inteligência artificial.
		SE	1X	Segurança da informação e privacidade	Atuar como parceiro tecnológico para inovação, integração e execução de políticas públicas com as áreas de negócio, entregando sistemas, dados e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC de forma segura.
			2H	Identifica Brasil	Desenvolver plataforma de armazenamento, consulta e validação dos dados provenientes da emissão da Carteira Nacional de Identidade, interligando e possibilitando a consulta em base única dos dados distribuídos pelos Estados brasileiros.

MISSÃO

Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

VALORES

Integridade | Ética | Interesse Público | Respeito | Legalidade | Resultados
Capital Humano | Inovação | Transparência | Sustentabilidade

SOCIEDADE E GOVERNO

Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira

Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão

PROCESSOS INTERNOS

Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública

Promover uma execução penal justa que viabilize a reintegração social

Promover a segurança viária nas rodovias federais

Promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas

Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor

Aprimorar mecanismos de gestão e de disseminação do conhecimento com foco no público externo

PESSOAS E INFRAESTRUTURA

Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores

Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional

Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de TIC